



FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

**PARQUE URBANO CULTURAL: UM ESTUDO DA RELAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO DE MANHUAÇU-MG COM A SUA HISTÓRIA LOCAL**

MAYRA NOGUEIRA VERÍSSIMO

**MANHUAÇU-MG
2018**



MAYRA NOGUEIRA VERÍSSIMO

**PARQUE URBANO CULTURAL: UM ESTUDO DA RELAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO DE MANHUAÇU-MG COM A SUA HISTÓRIA LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo da
Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo/Paisagismo
Orientador: Wagner de Azevêdo Dornellas

**MANHUAÇU-MG
2018**



RESUMO

O parque urbano cultural surge com a finalidade de criar um espaço propício para interação entre a expressão humana e o meio natural. Não se trata apenas do âmbito cultural: procura-se reestabelecer a estrutura da cidade, inserindo uma área verde na convivência local, aumentando a importância do mesmo. O presente artigo teve como objetivo correlacionar a paisagem habitada juntamente com a herança patrimonial da cidade de Manhuaçu, Minas Gerais, onde busca-se entender o vínculo entre o urbano e o cultural, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, análises cartográficas, análise urbanas e análise iconográfica de fotos aéreas. Compreendeu-se que a cidade, além de possuir áreas públicas insatisfatórias voltadas para o incentivo da cultura e do bem estar dos moradores, não se dedica a melhorar os espaços que podem vir a ser um grande potencial, principalmente por estarem próximos a áreas movimentadas. Concluiu-se que a cidade não possui áreas verdes de preservação cultural propícia para atender a população que procura um lazer diversificado e com qualidade.

Palavras-chave: Espaço público; Sociedade; Áreas verdes; Cultura, Parque.



1. INTRODUÇÃO

Identificadas como portadores de transformações diárias, as cidades vivem em constante processo de mudança, tanto no seu espaço urbano quanto no âmbito social. Para Côrrea (1989), o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. De geração em geração, a sociedade se transforma por meio da cultura e do espaço no qual está inserida. A construção desse espaço se dá por tudo aquilo que um dia existiu e que hoje se encontra presente nos seus traçados: é fruto de um movimento social e cultural, que se modifica todos os dias. No entanto, transformações tendem a ser desgastantes. Tanto para o espaço urbano contemporâneo – que sofre com essas mudanças que acontecem de forma rápida e frequente – quanto para as pessoas. O resultado é a procura por uma área que atenda a necessidade da população de se sentir à vontade, acolhida.

Os parques urbanos têm o intuito de ser uma fuga para a urbanização recorrente que ocorre nas cidades, uma vez que eles propiciam lazer e bem estar, sendo capazes de conectar o homem à natureza. Nas palavras de Mascaró (2008), os parques urbanos são áreas de médio porte que devem estar envolvidas pelo tecido urbano, com uma boa ligação com o transporte público e privado. Este equipamento urbano pode ser destinado a exposições, feiras, sediar grandes eventos ou simplesmente para a recreação e o lazer da população.

Além do papel que os parques urbanos desempenham como áreas verdes, eles narram um pouco da história da região onde estão inseridos. O parque cultural tem, ainda, a finalidade de resgatar a memória e a identidade, não somente da sua área limitada, mas, também, de vincular a história da cidade à população local, integrando seus moradores. O papel que o parque cultural pode vir a ter na vida dos habitantes da cidade, entre outros, é a capacidade de gerar técnicas de preservação do patrimônio, melhorar o turismo, fomentar investimentos na região e criar um diálogo entre o passado e o presente. “Os parques culturais buscam superar os problemas sociais e ser ferramentas positivas, trazendo para si a preservação da natureza e da identidade local” (GONZÁLEZ, 2011, p. 07).

A cidade de Manhuaçu é considerada de médio porte, com população estimada para 2017 de 88.580 habitantes, é cidade polo da microrregião que leva seu nome e está localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais (IBGE, 2015). Possui áreas de lazer e recreação com infraestrutura média, mas também apresenta vários locais ociosos. Em alguns pontos da cidade, há presença de áreas verdes, que em sua grande parte possui arborização, sendo capaz de atender os transeuntes que usam esses locais como ponto de encontro. Entretanto, também há a existência de outras áreas que recebem um amplo número de pessoas, porém sem local apropriado para melhor conforto e qualidade de vida.

O presente artigo busca correlacionar a paisagem habitada juntamente com a herança patrimonial da cidade. Por meio de estudos, informações serão levantadas para embasar a proposta de um parque urbano cultural que poderá integrar os moradores, promover conhecimento e valorizar a qualidade ambiental em áreas carentes de tal infraestrutura na cidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Parques culturais: o resgate da memória coletiva e cultural

2.1.1. O espaço urbano e o seu valor cultural



A construção do espaço urbano ocorre por meio da dinâmica preestabelecida entre a sociedade e o ambiente urbano, que atribui à paisagem da cidade suas memórias e características. Na visão de Corrêa (1989), o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, assim como é a própria sociedade em uma de suas dimensões. Esse espaço engloba em si todas as características que representam o que é a cidade, dando a ela o seu significado urbano.

Assim como Corrêa (1989), Carlos (2007) interpreta o espaço urbano como aquele que vai além das formas espaciais da cidade, ele é o resultado de um trabalho coletivo acumulado que age sobre ele o transformando em um produto social e histórico. Do mesmo modo, Lefebvre (2000), conceitua o espaço:

O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) - produção (da organização espacial própria a cada sociedade) - criação (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o décor) (LEFEBVRE, 2000, p.09).

Esse conjunto de práticas ideológicas e formas urbanas releva um produto da ação humana: a cidade, a qual, então, vista como espaço urbano, passa a ser analisada a partir da percepção que seus habitantes têm de suas partes. Corrêa (1989) observa que o espaço urbano, como qualquer outro objeto social, pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito. É possível analisar o espaço da cidade a partir da sua estrutura social e função urbana:

A cidade representa o que Bergson chama “a sobrevivência do passado”, a coexistência do passado e presente em um “ser-memória” que impregna mesmo a matéria – mesmo a materialidade da cidade. O espaço urbano é uma “memória ontológica” de socialidades, temporalidades de ações e visões de mundo passadas (NETTO, 2012, p.241).

São as memórias que guardam no espaço urbano nossas experiências e marcas do passado, tudo que um dia existiu, e tudo que existe, está registrado no espaço:

Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, - seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos. O espaço-natureza justapõe, dispersa; ele coloca uns ao lado dos outros, os lugares e o que os ocupa (LEFEBVRE, 2000, p. 149).

O espaço urbano não é, portanto, um vazio que precisa ser preenchido com novas doutrinas e costumes, nele são identificadas “as formas urbanas já existentes, produto histórico acumulado e combinado socialmente” (CASTELLS, 1983, p. 268). Há, assim, nesse espaço, “a carga simbólica própria às formas espaciais, não em função de seu lugar na estrutura urbana, mas de sua inserção na história cultural das formas [...]” (CASTELLS, 1983, p.268).

A relação do espaço urbano com a sua história local é determinante para a experiência que acontece diariamente nos ambientes urbanos. As estruturas que hoje se encontram projetadas nas cidades fazem parte das percepções materializadas pelos nossos antepassados. É como se o espaço social se transformasse de acordo com a sociedade, criando, assim, uma história para si mesmo. Usando as palavras de Netto (2012, p.248) “o espaço urbano tem uma condição material particular: é durável, mutável apenas lentamente”.

Ver a cidade como mais que uma estrutura urbana de espaço social nos faz enxergar sua herança histórica e qual foi o ponto de partida para se criar a condição



que encontramos nela hoje. Sua função simbólica e cultural representa “a finalidade da cidade (enquanto construção histórica), diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana” (CARLOS, 2007, p.10).

Para Carlos (2007), o processo de transformação e aceleração do mundo moderno trouxe mudanças impulsivas que se revelaram na estrutura da cidade, invadindo e modificando a vida dos usuários à medida que impôs novos padrões e formas de adaptação. A transformação das cidades é recorrente e gera um novo modo de utilização do espaço urbano. A mudança – um produto da ação humana – é o que mantém esse processo de transformação acontecendo:

O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis (CARLOS, 2007, p.19).

No entanto, as consequências dessa mudança são pouco discutidas pela sociedade. Em um ritmo acelerado, as cidades vão ganhando novos modos uso, fazendo com o que processo de readaptação seja constante e cansativo. Cria-se, então, um efeito não desejado com esse jogo de relações: o rompimento cultural.

2.1.2. Parque urbano dentro das concepções do espaço

O espaço urbano engloba muito mais do que a estrutura da cidade: há dentro deste um movimento social, cultural e de propriedade pública acontecendo diariamente, em que novas ligações são criadas e estabelecidas. Todos os dias, milhares de pessoas deixam suas casas e levam para a cidade sua expressão e jeito de ser. O homem, cotidianamente, forma uma ligação diferente com o espaço em que vive: seja por memorizar um percurso, um ponto de referência ou até mesmo pelo prazer de permanecer em um lugar.

A relação entre o espaço público e o seu lugar dentro do espaço urbano pode ser caracterizada pelo desenho de formas que, além de representarem os espaços e o que a eles se destina, correspondem à imagem de determinado lugar, cidade, região, ou país, conforme afirma Mendonça (2007) em seu estudo de apropriação de espaços públicos. Pode-se ver nas grandes cidades que o traçado urbano conta uma história por si só. Ali uma sociedade foi criada, construída e produziu formas urbanas que representam os espaços e aquilo a que eles se destinam.

Mas, então, quais são as características que compõem o espaço público? Ferrari (2004, p. 219) define espaço público “como qualquer área urbanizada inalienável, sem edificação e destinada ao uso comum ou especial do município, como praças, parques, ruas, jardins, largos, etc.” Nas palavras de Manuel Salgado (2000), o espaço público não é considerado apenas como algo que está edificado, mas é algo que tem consistência, estrutura definida pelas ruas, praças, jardins, parques, entre outros. É um desenho composto por edifícios, árvores, iluminação pública, mobiliário e arte urbana. Para o arquiteto português, a definição de espaço público é:

O espaço onde nele circulam, seja ele automóvel ou a pé, é o espaço onde nele se encontram, onde se sentam, onde conversam. É onde se fazem as manifestações e as procissões, as grandes festas e os funerais, é onde se expressam coletivamente as grandes alegrias e as grandes dores. Vendo bem, o espaço público é a essência da cidade e é através dela que ela é representada (SALGADO, 2000, p. 9).

As definições apresentadas por Mendonça e Manuel Salgado nos levam a crer que o espaço público é desenhado e planejado para as pessoas. Porém, se



analisarmos a cidade de perto, vemos que o mundo moderno trouxe para os espaços públicos mais automóveis, levou para dentro de casa aqueles que estavam acostumados a ser parte ativa desse espaço: as pessoas. Isso fez com o que o “lugar” se transformasse no “não lugar”. O “lugar” já não é mais convidativo, é apenas um local de passagem:

Havia uma tradição até há cem ou cinquenta anos em que o espaço público era desenhado, plantado e embelezado a pensar nas pessoas. Este conceito perdeu-se em consequência da primazia dada à circulação dos automóveis, à ditadura da engenharia de tráfego. Agora volta-se a falar de espaço público, fruto da necessidade que se sente em reconquistar a cidade para as pessoas tornando-a aberta, permeável, acessível a todos (SALGADO, 2000, p.9).

Para entender o conceito de lugar, Abbud (2010), define lugar como todo espaço agradável que convida ao encontro das pessoas ou ao nosso próprio encontro, devendo ele estimular a permanência e prática de atividades. O lugar deve trazer conforto aos seus usuários e possuir personalidade própria. Entretanto, projetar um bom lugar não é fácil. É preciso pensar em suas funções e qual melhor atende à população.

A pergunta que pode ser feita quando se analisa qual é a função do espaço público é: por que ele é tão essencial na vida das pessoas? Para Knuijt (2015, p.86):

Cidadãos em muitos centros urbanos usam o espaço público de uma maneira muito flexível – carros, bondes, pessoas, todos se misturam. O desafio do espaço público não se refere somente a espaço bem projetado, mas principalmente à programação e ativação do espaço.

O espaço público, então, deve oferecer às pessoas o lugar de encontro. A paisagem urbana precisa se tornar acolhedora para os seus usuários. A partir do momento em que o espaço público se reestrutura urbanisticamente para receber as pessoas e para fazê-las se sentirem à vontade, sua dinâmica muda. Knuijt (2015) ainda menciona a importância de transformar o “espaço” em “lugar” pela criação de locais receptivos para permanecer:

As pessoas querem lugares para sentar, contemplar, debater, se exhibir. Para contribuir com uma paisagem de rua, é importante que haja esses lugares para se ficar e desfrutar do espaço público. O equilíbrio entre “lugar” e “movimento” na cidade apela por direcionar o movimento e a possibilidade de mudar o uso do espaço (KNUIJT, 2015, p.87).

O papel que o parque desempenha dentro do espaço urbano, como área de lazer social e contemplativa, é concebido desde suas origens. Scalise (2002) declara que o parque surgiu como fato urbano no final do século XVIII, na Inglaterra, e teve seu desenvolvimento próspero no século seguinte. Mas foi somente no século XIX que surgiram os grandes jardins contemplativos, os parques de paisagens:

O parque, nesse período, preocupava-se com as demandas de equipamentos para recreação e lazer, a necessidade de expansão urbana, o novo ritmo de trabalho, além da necessidade de criação de espaços amenizadores da estrutura urbana, bastante adensadas, com funções de “pulmões verdes”, saneadoras, representando oásis de ar puro, de contemplação, estimulando a imaginação (SCALISE, 2002, p.03).

No entanto, esse processo só teve início no Brasil após o século XIX, quando o país começou a se estruturar como nação. Macedo (2010) afirma que os parques começaram a ser planejados no Brasil a partir da proclamação independência em



1822, quando o país, rico em recursos, trouxe investimentos para a então capital, Rio de Janeiro.

Somente nos últimos vinte anos do século XX observa-se um interesse político crescente pela implantação e formação de parques públicos. Essa tendência é influenciada pela crescente urbanização do país que levou a grande maioria da população a residir em cidades. (MACEDO, 2010, p.15)

Durante o século XX, o Brasil passava por um forte crescimento urbano, principalmente nas grandes cidades. “Cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, que passaram por um processo de urbanização intenso e extenso, no qual bosques, campos e pastagens, quintais e chácaras foram ocupados, divididos e redivididos para a construção urbana” (MACEDO, 2010, p.34). Áreas antes inabitadas foram ocupadas pelo processo de urbanização da cidade, fazendo com que aumentasse o número de habitantes. Nessa época os parques urbanos eram localizados em centros e bairros ricos e, apesar de serem totalmente afastados das periferias da cidade, eram bastante procurados pela população. Somente após o término da Segunda Guerra Mundial que esses locais foram levados em consideração.

O parque no Brasil do século XX era “um grande cenário, um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas” (MACEDO, 2010, p.24). Atualmente, eles são definidos por Mascaró (2008) como áreas de médio porte, que devem estar envolvidas pelo tecido urbano ou encostada nele, possuindo uma boa ligação com o sistema de transporte público e privado da cidade; incluem áreas destinadas a exposições, feiras, lagoas, grandes eventos, entre outros. “São espaços dominamente verdes com árvores preferencialmente nativas e grama para simultaneamente ter facilidade de utilização e baixos custos” (MASCARÓ, 2008, p.29).

Os projetos de parques urbanos são desenhados para atender, além da sua função e uso, o modo vida dos habitantes. “As praças, os parques e terraços são os lugares onde trabalhadores do conhecimento trocam as suas ideias” (KARSSSENBERG, 2015, p.15). É preciso ressaltar a importância das áreas verdes no espaço público, sendo elas ferramentas perspicazes para preencher e dar um novo sentido aos vazios urbanos que possuem grande potencial para se transformar e transformar o espaço ao seu redor. Esses espaços públicos de recreação, como parques e praças, trazem para as pessoas o lugar para permanecer, interagir e passar o tempo.

2.1.3. Parque urbano cultural: da definição à realidade

O conceito de parque urbano cultural ainda carece de maiores definições e estudos. O termo “parque cultural” não tem uma concepção definida, mas sim um conjunto de ideias que formam a essência dos conceitos de parque e cultura. Isso acontece pela “grande variedade de legislações, contextos acadêmicos, administrativos e socioeconômicos e à mistura de diferentes quadros de gestão anteriores” (GONZÁLEZ, 2011, p.44) que não consegue reduzir a complexidade do seu significado.

No entanto, os parques culturais são justificados dentro do conceito de parques contemporâneos. Segundo Macedo (2010), nos parques contemporâneos busca-se o retorno de antigos valores e o conceito ecológico se torna um importante instrumento de preservação da vegetação nativa. Além disso, os parques podem ser temáticos, rememorando algum evento histórico ou patrimônio importante para a cidade.



A busca de um conceito é importante para ajudar a definir e delimitar a área de estudo de determinado tema. Contudo, “a ambivalência e o estado híbrido dos parques culturais têm incentivado paradoxalmente vários autores a procurarem definições precisas do que são” (GONZÁLEZ, 2011, p.45). Isso faz com que aqueles que procuraram conceituar o que é um parque cultural encontrem suas próprias definições e condicionantes acadêmicos para construir uma ideia.

Para definir então um parque cultural, deve-se analisar o parque junto com contexto histórico no qual ele pretende ser implantado, pois só assim será possível estabelecer pontos relevantes para a sua construção.

A organização física de caminhos, museus, patrimônios e hotéis, o valor atribuído aos sites e estratégias de marketing estão todos relacionados com a história que está sendo contada. Para analisar os parques culturais de acordo com a sua história ou a sua falta pode-se proporcionar um melhor quadro para estabelecer classificações que possam estar relacionadas com questões sociais e politicamente relevantes. Então, em vez de elaborar listas com "tipos" de parques, que seria mais funcional para falar de "graus" de complexidade e abstração da história que está sendo contada (GONZÁLEZ, 2011, p.68).

O que difere o parque urbano cultural do parque urbano é o “patrimônio particular e o contexto territorial” (GONZÁLEZ, 2011, p.51). Para González (2011), cada parque cultural visa alcançar seus objetivos em relação ao contexto territorial, por meio de sua capacidade. Seriam estes objetivos:

- Vincular as pessoas locais com sua herança e história;
- Desenvolver mecanismos de conservação do patrimônio;
- Melhorar a cooperação e o diálogo entre as instituições e as comunidades locais;
- Integrar o parque na vida quotidiana dos residentes, promover a educação e melhorar as áreas recreativas;
- Prosseguir o desenvolvimento econômico sustentável utilizando o patrimônio para atrair o turismo e o investimento.

De acordo com González (2011), cada parque cultural deve contar uma história. Além disso, os bens patrimoniais devem ser organizados numa hierarquia a fim de se adequarem à narrativa do evento ou história a ser narrada.

E através da própria dinâmica da existência, estes objetos do passado alimentam, pela sua permanência no tempo, a criatividade de novas gerações de produtores de objetos, que acrescentam elementos às gerações anteriores. E assim a cultura flui (DA SILVA, 2000, p. 218).

Da Silva (2000) ainda defende o conceito de patrimônio como algo que “refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras.” Os bens patrimoniais, então, devem ser organizados a fim de se adequarem à narrativa do evento ou da história a ser narrada. Porém, deve-se ter muito cuidado ao definir o que pode ou não ser considerado como patrimônio.

O patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o patrimônio cultural a gerações futuras (DA SILVA, 2000, p.218).

Nesta perspectiva, toda concepção acerca do patrimônio deve representar uma identidade cultural que alcance a todos, valorizando os elementos que a constroem como cidade e sociedade. É de extrema importância que o patrimônio represente a identidade da cidade. Zanirato (2007) destaca que os usos sociais desses patrimônios

correspondem aos modos socialmente construídos da comunidade para atuação e conservação dos bens que caracterizam sua identidade.

Percebe-se então, que o uso de ferramentas históricas auxilia no processo de criação da individualidade da cidade, ao mesmo tempo em que promove convívio social. Tais ferramentas assumem sua importância quando são colocadas como peça fundamental na formação da identidade da cidade: apresenta a função de conectar a sociedade através da memória coletiva.

Oushiro (2015) evidencia que identidade não é um apenas um atributo pessoal, mas um processo de criação de sentidos que deve ser tanto individual quanto coletivo. A cidade “torna-se uma estrutura equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização” (ARAÚJO, 2007, p.33), onde, segundo Lynch (1990) cada indivíduo possui uma imagem pessoal, que mesmo não sendo revelada, se aproxima da imagem pública. A partir da projeção da sociedade sobre o espaço, tem-se um “lugar sensível [...], percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano” (LEFEBVRE, 2001, p.62). Para Lynch (1990) a cidade deveria ser idealizada para fins que interessem aos homens, dando aos mesmos, a oportunidade de usar a arte como ferramenta de construção cultural.

2.1.4. Estudo de caso: a valorização da cultura através do meio natural

Os parques culturais tem por sua principal estrutura o enredo de uma história. Além de originalidade, essa história deve ser significativa para a região e funcionar como a essência do parque. É possível identificar nos parques culturais a ligação que cada ambiente faz com o que está sendo contado, o significado que cada local transmite para o público. No Parque Histórico de Carambeí, tem-se a história dos imigrantes através do ambiente temático que retrata o estilo de vida no início do século XX, e no Parque Ponte dos Bilhares, busca-se resgatar uma época antiga por meio de traços arquitetônicos.

O Parque Histórico de Carambeí (figura 1), é um museu histórico a céu aberto localizado na cidade paranaense de Carambeí. O parque busca preservar a memória dos imigrantes a partir de um projeto de caráter sociocultural, que valoriza a cultura local e suas manifestações por meio de seu patrimônio.

FIGURA 1 – Parque Histórico de Carambeí



Fonte: Parque Histórico de Carambeí.

Ocupando uma área de 100 mil metros quadrados, o parque possui espaços temáticos e uma arquitetura que retrata o estilo de vida no início do século XX, proporcionando uma experiência única àqueles que o visitam. Criado em 2011, o parque, que retrata a história e cultura do atual município de Carambeí, Curitiba (PR),

promove também projetos culturais para toda comunidade, criando interação e possibilitando a evolução social da comunidade.

Um dos principais objetivos do local é promover, por meio de espaços que revelam o estilo de vida dos colonos do século XX, uma imersão cultural e sensorial aos visitantes. O local dispõe de uma Vila Histórica, que demonstra como era a cidade entre os anos 1930 e 1950, a casa de memória, jardins, o parque das águas (figura 2), que representa um parque ambiental holandês, um anfiteatro, jardins e um restaurante com comidas típicas.

FIGURA 2 – Vista do Parque das Águas



Fonte: Silvia Oliveira, 2015

Por possuir um caráter sociocultural, o Parque Histórico de Carambeí reproduz em seus detalhes a vida dos colonos, como a escola, a estação de trem, e até mesmo as casas com objetos e imagens dos imigrantes. O parque apresenta boa acessibilidade e oferece transporte para aqueles que possuem dificuldade de locomoção. Além de banheiro em todas as alas.

O Parque Ponte dos Bilhares (figura 3), situado em Manaus (AM), difere um pouco do Parque Histórico de Carambeí. O desafio principal do Parque Ponte dos Bilhares era o atendimento das necessidades humanas em meio urbano, no qual a percepção ambiental a partir de áreas verdes e outros equipamentos de lazer e contemplação contribuíssem para a saúde do homem e, conseqüentemente, da cidade (Vitruvius, 2006).

FIGURA 3 – Foto aérea do Parque dos Bilhares



Fonte: Prefeitura de Manaus, 2013

O parque se desenvolveu em um vazio urbano, presente numa das áreas mais privilegiadas da cidade. A intenção foi de se resgatar a história e a memória do local, por meio da requalificação da Ponte e da inserção de um circuito de bonde. O parque faz referência a Belle Époque. Segundo Macedo (2010) no livro “Parques Urbanos no

Brasil” o parque tem seu nome originado da antiga ponte que é um ponto final de uma linha de bondes. No jardim há um contraste paisagístico que valoriza a ideia da lembrança com o passado distante, nos quais buscou a cenografia da Belle Époque.

O Parque Ponte dos Bilhares é temático, pois abrange a representação de uma época e uma série de símbolos (figura 4), sendo as estruturas em ferro (caso da ponte) ou o bonde. É também ecológico, sendo que visa à recomposição da área urbana e natural por meio da introdução de espécies vegetais nativas e da preservação de parte das já existentes. Aliado a isso, temos a criação de espaços para lazer ativo e passivo, gerando um microclima agradável e, ainda, empregando importante atenção aos cursos d’água.

FIGURA 4 – Implantação do Parque Ponte dos Bilhares



Fonte: Macedo (2010, p. 126)

O parque não somente trouxe uma forma de preservar o meio ambiente, mas também um espaço cultural e de lazer. Os traços da arquitetura do parque resgatam um passado no qual as praças de Manaus eram lugares públicos agradáveis e altamente movimentados. O resgate do passado, e da memória coletiva é essencial na construção de um parque cultural.

Para González (2011), o primeiro passo para implementação de um parque cultural é a delimitação da área a ser considerada como um parque. Isto requer uma tarefa de documentação histórica e uma justificação das fronteiras estabelecidas de acordo com critérios de uniformidade geográfica, administrativa ou cultural. Esses parâmetros de análise devem ser atendidos sem levar em conta a sociedade atual, que se reinventa a cada momento. O Parque Histórico de Carambeí cumpre bem esse papel no momento em que traz uma arquitetura “antiga” e propicia uma viagem ao passado.

Da Silva (2000) ressalta a maneira como a sociedade se relaciona como o passado: influenciada por um extremo dinamismo e aceleração da mudança social no mundo moderno. “Por esta razão, os modelos de identificação outrora estabelecidos com o passado, sob a forma de tradição, perdem continuidade” (DA SILVA, 2000, p.219).

2.2. Metodologia

A metodologia utilizada neste artigo tem a natureza qualitativa, descritiva, em que foram coletadas informações por meio de pesquisa bibliográfica e documental acerca da cidade de Manhuaçu disponíveis na Biblioteca Municipal de Manhuaçu, Casa de Cultura de Manhuaçu e em sites que tratam dos assuntos relativos aos temas da pesquisa.

Foram realizadas análises cartográficas de mapas da cidade e análises urbanas baseadas em fotos aéreas e dados coletados de áreas com fluxo mais intenso na cidade de Manhuaçu, a fim de observar sua dinâmica e comportamento.

Foi utilizada, ainda, análise iconográfica de fotos aéreas e atuais do local para evidenciar a falta de espaço público no espaço estudado.

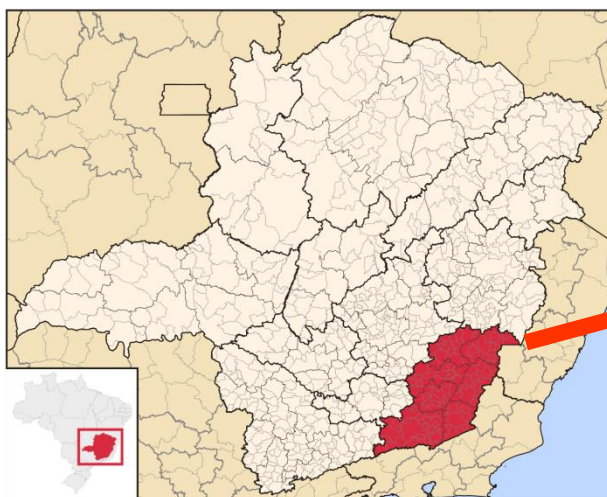
2.3. Resultados e discussões

Com base em análises cartográficas, os dados a seguir têm em vista fazer um estudo das zonas de fluxo intenso na cidade de Manhuaçu, identificado os espaços públicos com a presença áreas verdes e de áreas de lazer.

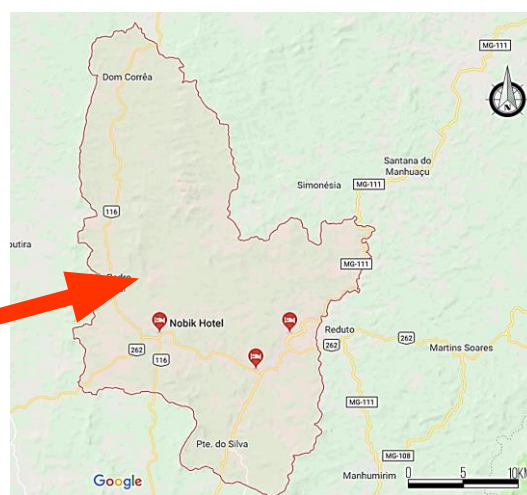
2.3.1 Sobre a cidade de Manhuaçu

Localizado no estado de Minas Gerais (figura 5), na Zona da Mata, Manhuaçu é um município composto por oito distritos e três vilas, sendo eles: Dom Corrêa, São Sebastião do Sacramento, Vila Nova, Realeza, Ponte do Silva, São Pedro do Avaí, Palmeiras do Manhuaçu, Santo Amaro de Minas, Vilas de Palmeirinhas, Vila Formosa e Bom Jesus de Realeza (figura 6).

FIGURAS 5 e 6 - Indicação do Estado de Minas Gerais



Fonte: Wikipédia, 2006



Fonte: Google Maps, 2018

De acordo com o IBGE (2015), a área territorial de Manhuaçu corresponde a 628,318 km², possuindo relevo acidentado e altitude avaliada em 635 metros. A cidade está conectada a principais rodovias federais e estaduais: BR-262, BR-116 e MG-111, e possui uma população estimada de 88.580 mil habitantes, segundo o censo do IBGE 2017.

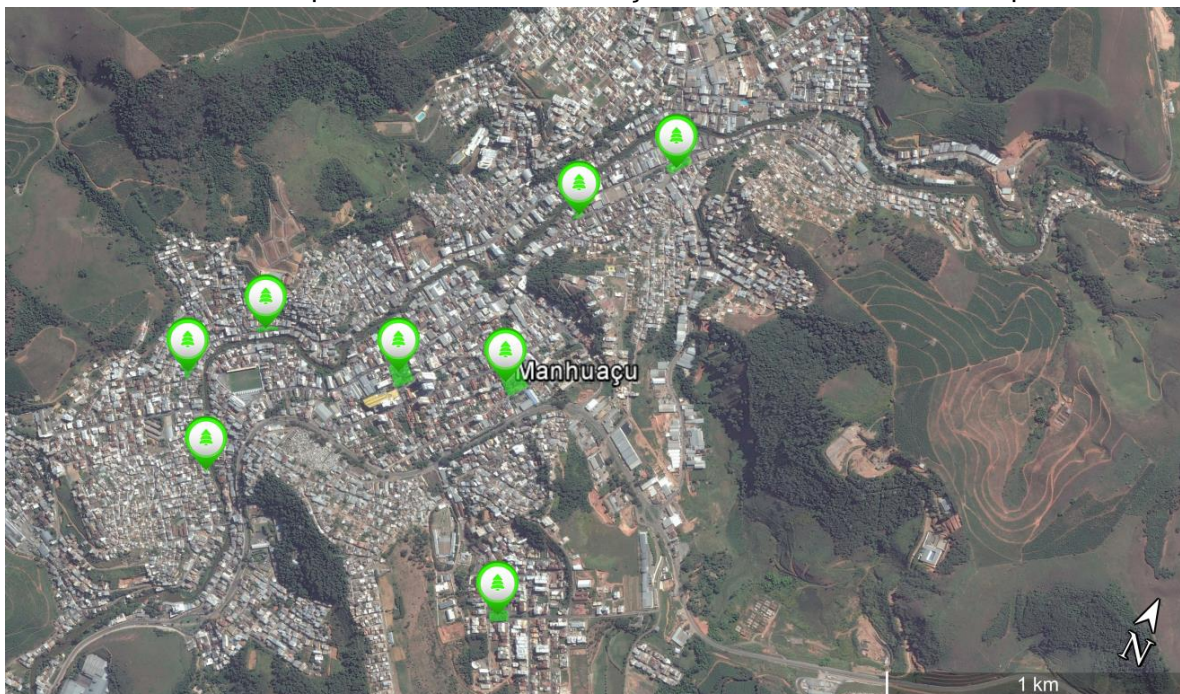
O nome da cidade de Manhuaçu originou-se da palavra indígena “mayguaçu”, que significa Rio Grande. O nome foi dado pelos índios que viveram aqui por muitos anos.

Segundo a Prefeitura de Manhuaçu (2012) a exploração da Zona da Mata começou devido ao interesse de reconhecimento na região; destacando-se o desenvolvimento do café, que se intensificou após o declínio do ciclo do ouro, que é o que, nos dias atuais, movimenta a economia da região. Antes de se tornar município e assumir grande área territorial, a cidade era conhecida como São Lourenço de Manhuaçu, distrito de São Simão. Embora tenha se emancipado em 5 de novembro de 1877, foi somente em 1923 que Manhuaçu passou à condição de cidade, quando começou a se expandir e assim formar mais de 70 municípios na porção leste do Estado

As atuais áreas verdes públicas presentes na cidade (figura 7) são respectivamente: Praça Dr. César Leite, que se encontra perto do hospital César Leite; Praça José Adolfo Assad, ao lado do Terminal Rodoviário de Manhuaçu; Praça Martins Fraga, que fica no bairro Sagrada Família e é mais conhecida como Parquinho; Praça Antônio Brum, localizada entre os limites do bairro Sagrada Família e do bairro Petrina; Praça da Maria e Nilton Aquiar, localizada próxima a Ponte dos Arcos; Praça da Casa

de Cultura, localizada ao lado da Casa de Cultura de Manhuaçu; Praça Cordovil Pinto Coelho, mais conhecida de Manhuaçu, presente no centro da cidade; e a Praça José Andrade Souza, presente no bairro Alfa Sul.

FIGURA 7 – Mapa da cidade de Manhuaçu indicando as áreas verdes públicas



 INDICAÇÃO DAS ÁREAS VERDES

Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.

Contudo, em julho de 2016, iniciou-se na cidade o que viria a ser uma nova opção de lazer: a Feira Gastronômica de Manhuaçu (figura 8), que acontecia na Praça Cordovil Pinto Coelho. A feira trouxe um novo tipo de entretenimento, com música ao vivo (figura 9), vários tipos de especiarias e culinárias, contando até com playground infantil e feira de artesanato.

FIGURAS 8 e 9 - Feira Gastronômica de Manhuaçu



Fonte: mahuacu.com.



Fonte: mahuacu.com.

A Feira Gastronômica rapidamente fez sucesso – devido ao fato de ser um programa diferente e direcionado a diversos grupos – e teve que ser transferida para a Rua Praça 5 de Novembro, pois a Praça Cordovil Pinto Coelho já não suportava a grande quantidade de pessoas que frequentavam o evento.

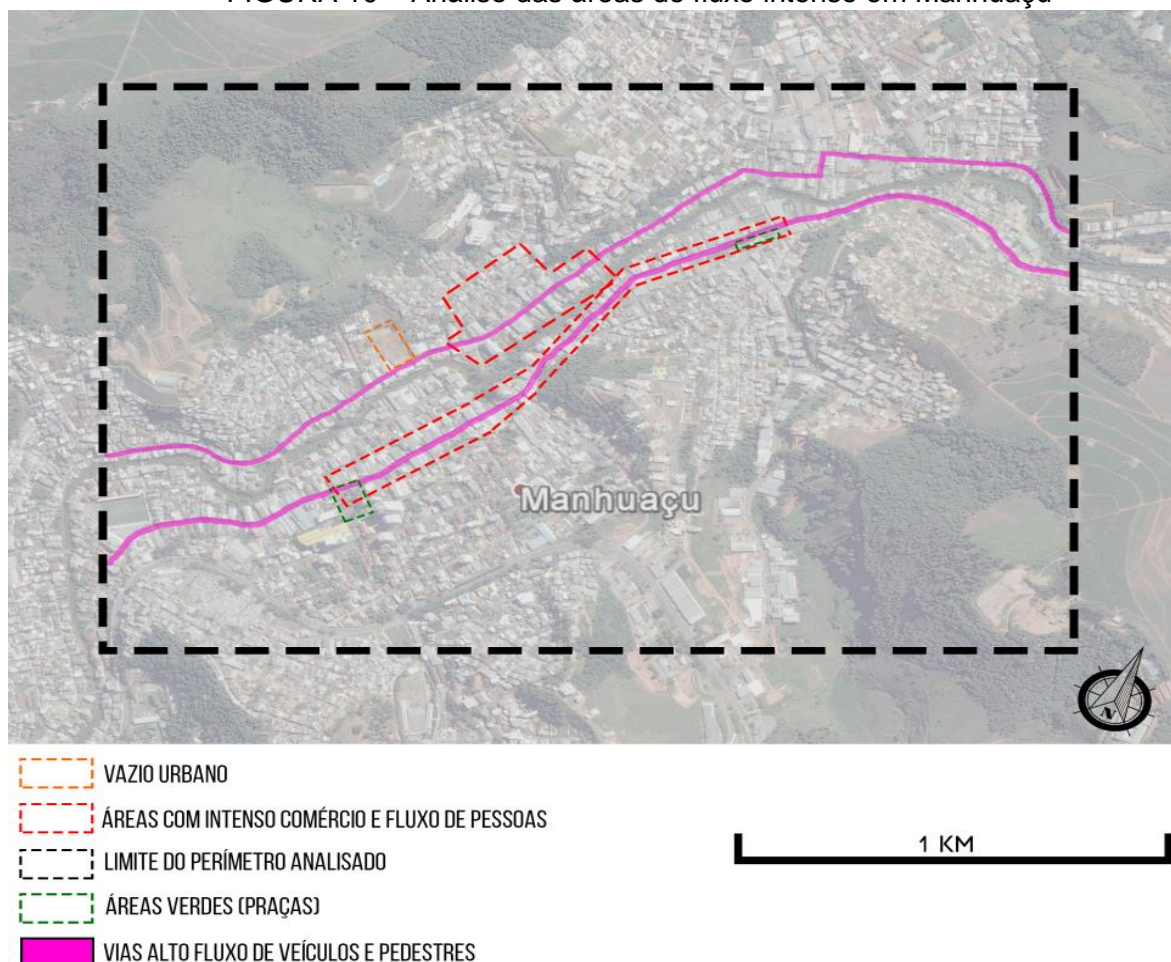
Houve também a aquisição de academias ao ar livre para o município, com objetivo de oferecer locais de atividades esportivas e práticas corporais acessíveis à população. As academias que estão sendo instaladas nos Bairros São Vicente e Petrina, distritos de Palmeiras do Manhuaçu, Realeza e Vilanova, além da Praça Martins Fraga (JÚNIOR, 2017).

As praças localizadas no Centro – Praça Cordovil Pinto Coelho – e na Baixada – Praça José Adolfo Assad – são as que têm maior número de transeuntes, por estarem próximas das grandes áreas de comércio da cidade. Tais áreas requerem maiores espaços de descanso, com mobiliário adequado, para melhor atender a população.

Áreas com grande circulação de pedestres pedem ainda espaços de descanso, arborizados e equipados com mobiliário adequado, de modo que o encontro e a permanência possa se dar na esfera da cidade, do espaço público, e não apenas nos espaços de uso privado (GATTI, 2013, p.15).

Apesar de ser Manhuaçu uma região abastecida por áreas verdes – de modo precário –, comércio e serviços, há sempre uma demanda de investimento em novos espaços públicos, considerando-se o uso desses espaços pelos moradores e aqueles que apenas circulam (GATTI, 2013). Isso pode estar relacionado com o aumento da população do município, que teve um crescimento de 0,96% do ano de 2016 para o ano de 2017, segundo a estimativa do IBGE. A cidade chegou a ser apontada em 2016 pela revista EXAME (BRETAS, 2016) como uma das melhores cidades do Brasil para fazer negócios, ficando na vigésima primeira posição.

FIGURA 10 – Análise das áreas de fluxo intenso em Manhuaçu



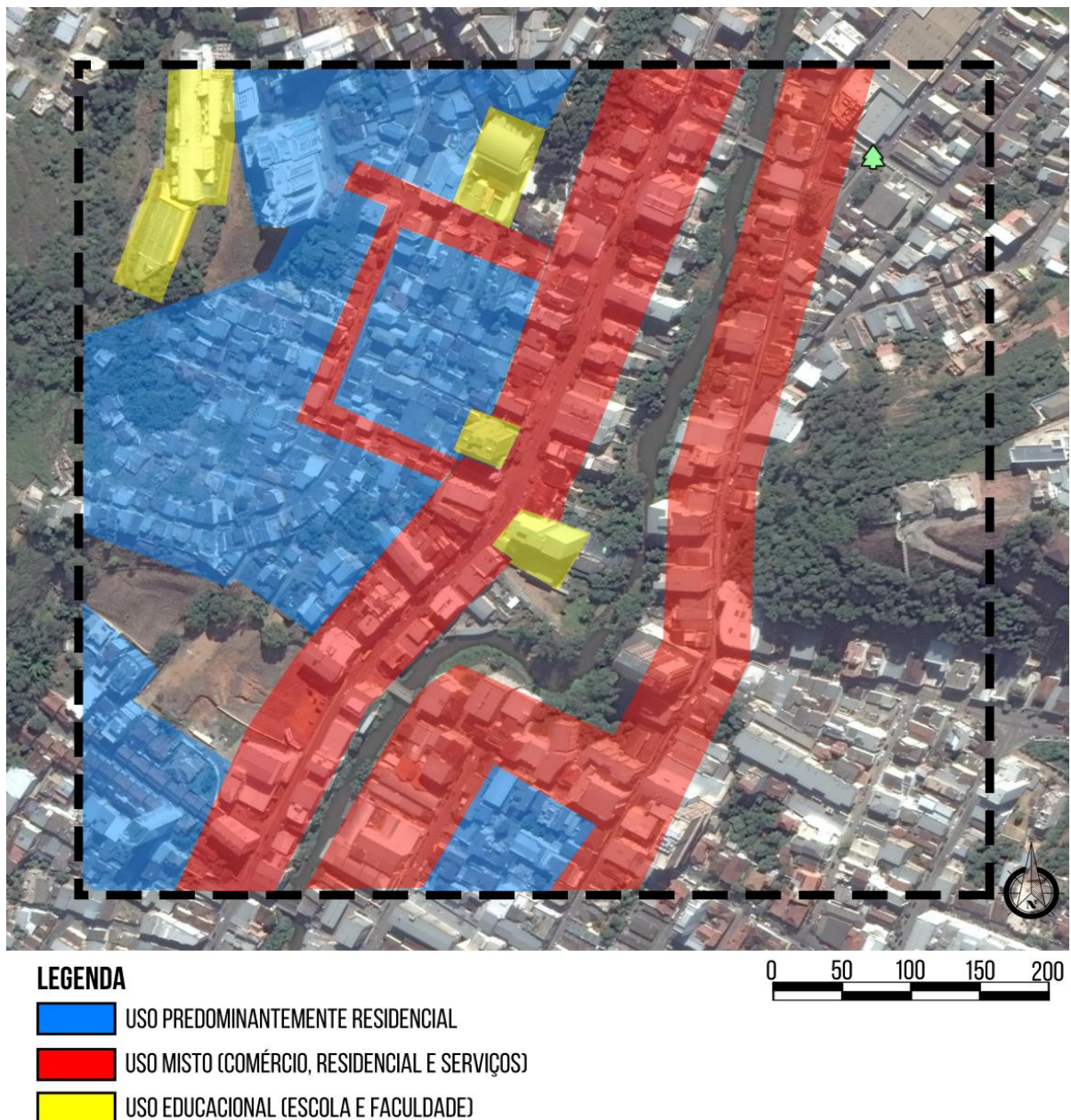
Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.

Inicialmente, no centro da cidade concentrava-se uma maior movimentação de pessoas, porém com o crescimento do comércio e do setor educacional, as áreas de lazer – como bares e restaurantes – diversificaram-se e se espalharam pela cidade.

A “reta” – parte da cidade identificada pelos moradores como as ruas: Amaral Franco e Avenida Salime Nacif – ainda abriga a maior parte de serviços da cidade, tais como: restaurantes, farmácias, padarias, além de acolher o Cinema João Bracks. No entanto, com o passar dos anos, essas atividades foram se expandindo para outras áreas da cidade, tal como o Bairro Coqueiro (figura 10).

Essas novas áreas (figura 11) precisaram se ajustar ao novo estilo de vida que a cidade solicitava. Prédios residenciais foram adaptados para receber comércio, edificações antigas foram demolidas para receber novos usos, tudo para acolher e atender bem aos moradores da cidade, convertendo o uso predominantemente residencial desses locais para o uso misto.

FIGURA 11 - Mapa de uso e ocupação do solo dos Bairros Petrina, Coqueiro e Centro



Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.

O comércio dinamiza o local onde está inserido. Na Avenida Getúlio Vargas, durante o horário de pico, é possível observar que não é somente o fluxo de pedestres que intensifica, mas também o de veículos. Estes nós – pontos de conflitos entre veículos e pessoas – requerem calçadas largas e acessíveis - como a que existe atualmente -, sinalização adequada, estacionamento e também o sistema *traffic calming*. Essas medidas ajudam a criar uma qualidade no convívio urbano.

As vias presentes nessas extensões são amplas em relação às outras, que são estreitas e seguem um padrão sinuoso (figura 12). São poucas as vias arteriais presentes na cidade, encontram-se em maior número as vias locais e as vias coletoras, que distribuem os veículos nos bairros (figura 13).

O espaço público que abriga a região de comércio intenso em Manhuaçu tem por característica vias amplas, com presença de “calçadões” e são de uso misto – predominantemente comercial e residencial.

FIGURA 12 – Mapa de Figura Fundo



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, 2001. Modificado pela autora.

FIGURA 13 – Análise da Hierarquia Viária dos Bairros Coqueiro, Petrina e Centro

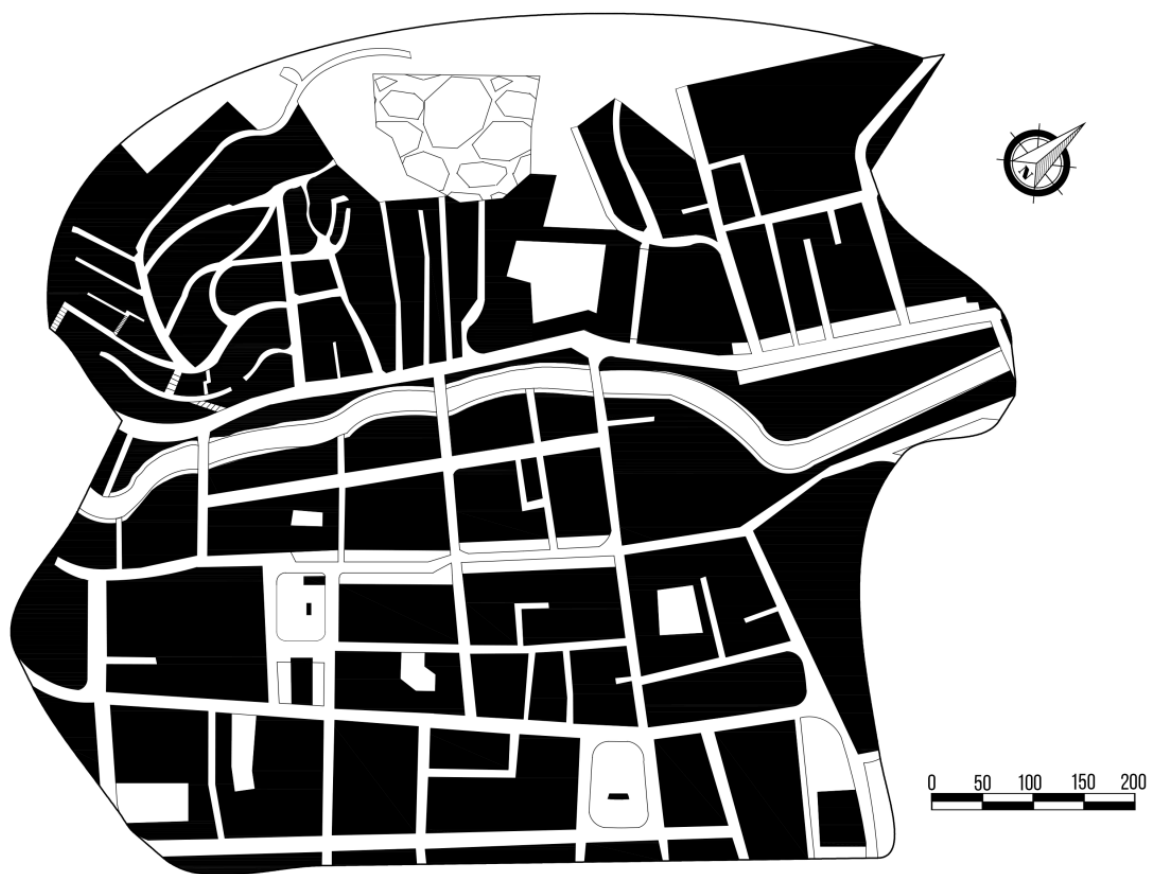


Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.

No Centro, há presença da Praça Cordovil Pinto Coelho, que, além de ser uma área verde saudável para os moradores, é o ponto de encontro da cidade e região. No Bairro Baixada, a Praça José Adolfo Assad funciona com uma pista de skate, destinada aos praticantes do esporte. Porém, no Bairro Coqueiro, não há nenhuma área verde dedicada àqueles que frequentam a Avenida Getúlio Vargas.

Em uma análise do mapa de figura fundo (figura 14) sobre as construções existentes no perímetro examinado, além de se ver poucos espaços destinados ao uso público, principalmente no que diz respeito às áreas verdes, consegue-se identificar áreas não construídas em algumas quadras.

FIGURA 14 – Mapa de Figura Fundo: Áreas Construídas



Fonte: Prefeitura de Manhuaçu, 2001. Modificado pela autora.

Em Manhuaçu, especialmente na região estudada, é visto que poucas áreas são destinadas ao lazer público, com uma infraestrutura de qualidade. Há presença de vazios urbanos em algumas das quadras, porém, seu uso é limitado: ou está abandonado, sem utilidade, ou parte funciona como comércio (figuras 15 e 16), que é o caso do estacionamento presente na Rua Professor Juventino Nunes, em frente à Merceria Nossa Senhora Aparecida.

Figura 15 e 16 – Estacionamento próximo a Merceria Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Acervo da autora, 2018



Fonte: Acervo da autora, 2018

Entende-se que a cidade, além de não possuir áreas públicas voltadas para o incentivo da cultura e bem estar dos moradores, não dedica-se por melhorar espaços que podem vir a ser um grande potencial, principalmente por se localizarem próximos a áreas movimentadas.



3. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou entender e conceituar a ideia de Parque Urbano Cultural, e como eles se adaptam ao mundo contemporâneo de forma a transformar o local em que se encontra inserido.

A necessidade da cultura como forma de conectar pessoas oferece uma oportunidade para a cidade contar sua história, criando uma identidade para um local que poderá ser compartilhado por várias pessoas, trazendo suas histórias e memórias para o mesmo. Sob essa ótica, é importante ressaltar a ligação do homem com o seu meio natural e em como ele vê a cidade e se reinventa nela. Um parque urbano cultural poderá promover conhecimento, e valorizar a qualidade ambiental, preservando a memória e identidade local.

A cidade, que cresce em ritmo acelerado, não possui uma área propícia para atender a população que procura um lazer diversificado e com qualidade. Um ponto de encontro e permanência para os moradores, se torna necessário à medida que a cidade cresce, e demanda por locais que também funcionem como articuladores sociais.

O artigo então se dedicou a observar os pontos de interesse da cidade da Manhuaçu e a sua necessidade de área verdes e preservação cultural. Por ser um município polo e promissor, Manhuaçu carece de espaços que incentivem a busca por sua herança cultural: o que de certo modo, poderia incentivar na formatação de turismo de pra região. Dessa maneira, a idealização de um parque cultural na cidade de Manhuaçu é um instrumento positivo, visto que sua concepção, além da qualidade ambiental, está correlacionada ainda com a preservação da memória e da identidade local.

É preciso ver a cidade além da sua estrutura urbana, relacionando a paisagem habitada juntamente com a herança patrimonial da cidade. Precisamos reconhecer sua função simbólica e cultural, e colocar o homem como o agente de ação transformadora.

4. REFERÊNCIAS

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**. Ceará v. 16, n. 2, 2012.

ARAÚJO, Rosane Azevedo de. **A Cidade Sou Eu? O Urbanismo do Século XXI**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRETAS, Valéria. 100 cidades pequenas que dão um show em infraestrutura. **Exame**. São Paulo, 11 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/100-cidades-pequenas-que-dao-um-show-em-infraestrutura/>>. Acesso em: 20 de maio 2018.

CARAMBEÍ, Parque Histórico. **Quem somos**. 2013. Disponível em: <<http://www.aphc.com.br/quemsomos/>> Acesso em: 19 maio 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato *et al.* **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.



- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- GONZÁLEZ, P. A. *Preserving the future, projecting the past. What is a cultural park?* **Peterhouse**, 2011. Disponível em: <<http://digital.csic.es/handle/10261/126390>> Acesso em: 10 mar. 2018.
- DA SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade. Os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, Lisboa. n. 4, p. 217-224, 2000.
- FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. Disal Editora, 2004.
- GATTI, Simone. **Espaços Públicos: diagnóstico e metodologia de projeto. Coordenação do Programa Soluções para Cidades**. São Paulo: ABCP, 2013.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **E. F. Leopoldina (1915-1975)**. Site. 2017. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_manhuacu/manhuacu.htm>. Acesso em: 19 maio 2018.
- GOOGLE. **Google Earth**. Pro. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>>. Acesso em: 16 de maio 2018.
- HOLANDA, F.; et al. **Urbanidades**. CIDADE(?): Letra e Imagem Editora, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **História**. 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/manhuacu/historico>>. Acesso em: 19 maio 2018.
- JÚNIOR, Thomaz. **Prefeitura de Manhuaçu adquire seis novas academias ao ar livre**. Site. 2017. Disponível em: <<http://blogdothomazjr.blogspot.com/2017/08/prefeitura-de-manhuacu-adquire-seis.html>>. Acesso em: 19 maio 2018.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Ed. Edições 70, 1990.
- KNUIJT, Martin. Os altos e baixos do espaço público. In: KARSSSENBERG, Hans et al. **A Cidade Ao Nível dos olhos**: Segunda versão ampliada, Lições para os Plinths. 2ª. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2015. 340 p.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. Coleção Quapá. São Paulo: EdUSP, 2010.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, n. 21, p. 199-213, jun. 2006. ISSN 2359-5361. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40250/43116>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- MASCARÓ, Juan Luis. **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre RS: Ed. Masquatro Editora, 2008.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, dez. 2007. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628>>. acesso em 19 abr. 2018.



NETTO, Vinicius M. **A urbanidade como devir do urbano**. EURE (Santiago), Santiago , v. 39, n. 118, p. 233-263, sept. 2013.

OLIVEIRA, Silvia. **Parque Histórico de Carambeí**: espaço temático reproduz um pedaço da Holanda no Paraná. Curitiba, set. 2015 Disponível em:< <https://www.matraqueando.com.br/parque-historico-de-carambei-parana>> Acessado em: 19/05/2018.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na pluralidade**: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PREFEITURA DE MANAUS. **Revitalização do Parque dos Bilhares vai priorizar segurança e lazer**. Site. 2013. Disponível em: < <http://www.manaus.am.gov.br/noticia/revitalizacao-do-parque-dos-bilhares-vai-priorizar-seguranca-e-lazer/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

PREFEITURA DE MANHUAÇU. **História**. 2012. Disponível em: <<http://www.manhuacu.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6498>>. Acesso em: 19 maio 2018.

SALGADO, Manuel; SALGADO, Manuel. **Espaço Público**. Lisboa: Parque das Nações DL, 2000.

SCALISE, W. Parques Urbanos - evolução, projeto, funções e uso. **Revista Assentamentos Humanos**. Marília, v. 4, n. 1, p17-24, 2002.

SILVA, Luise Martins da. **Espaço público e cidadania**: usos e manifestações urbanas. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

VITRUVIUS. Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Arquitetura do Parque Ponte dos Bilhares. **Projetos**. São Paulo, ano 06, n. 068.05, Vitruvius, ago. 2006 Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/06.068/2712>>.Acessado em: 19/05/2018.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2007.